



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico acerca de Recurso Interposto no Pregão 17.2020.

PARECER JURÍDICO

Parecer jurídico sobre recurso administrativos protocolados pela empresa COMERCIAL DEBÉCHE TEXTIL EIRELI, CNPJ 08.974.702/0001-88 no Pregão Eletrônico nº 17.2020.

I – Dos fatos:

Foi interposto recurso pela empresa COMERCIAL DEBÉCHE TEXTIL EIRELI, CNPJ 08.974.702/0001-88, no Pregão Eletrônico nº 17.2020, questionando sua inabilitação no certame em razão de não ter apresentado nota fiscal e/ou empenho correspondente ao atestado de capacidade técnica e comercial, desatendendo o exigido no item 13.5.4 do edital.

Em suas razões afirma a recorrente que não é lícito à Administração Pública fazer exigências que a lei não faz, (art. 30, II da lei 8.666/93) aduzindo que a apresentação das notas fiscais traduz-se ilegal e desarrazoada, violando o direito líquido e certo da recorrente. Aduz a possibilidade de apresentar as notas fiscais posteriormente, e que enviou por email uma vez que o sistema não permite anexar documentos na fase de recursos.

Recebido o recurso, foram intimadas as demais empresas participantes a apresentarem as contrarrazões sendo que não foi apresentado por nenhuma.

O pregoeiro emitiu decisão mantendo a empresa inabilitada salientando que inabilitou a proponente pela falta de documento comprobatório, vindo então para parecer jurídico.

II – Do Direito:

Item questionado:

13. DA HABILITAÇÃO

(...)

13.5 OS LICITANTES DEVERÃO CUMPRIR AS SEGUINTESEXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

(...)

13.5.4. Qualificação Técnica:



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico acerca de Recurso Interposto no Pregão 17.2020.

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica juntamente com a Nota Fiscal e/ou Nota de Empenho correspondente ao atestado(s) e/ou declaração(ões) apresentada(s), expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade e/ou fornecimento pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

b) Alvará de localização em plena validade;

c) Vigilância Sanitária em plena validade.

(...)

Primeiramente quanto as alegação de que a apresentação das notas fiscais traduz-se ilegal e desarrazoada , violando o direito liquido e certo da recorrente, a mesma deve ser rejeitada, uma vez que tal disposição contida no edital não foi impugnada pelos participantes.

Importante frisar o que estabelece o edital quanto a impugnação ao ato convocatório:

4. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@doisvizinhos.pr.gov.br, até as 17 horas e 15 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação.

4.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: licitacao@doisvizinhos.pr.gov.br.

4.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Assim, tem-se que eventuais questionamentos quanto aos documentos de habilitação exigidos no edital devem ser feitos dentro do prazo e forma previstos no edital, sendo que nenhuma impugnação foi apresentada em tempo hábil quanto as referidas exigências editalícias.



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico acerca de Recurso Interposto no Pregão 17.2020.

Assim, tem-se que restou preclusa tais alegações, sendo dever dos participantes cumprirem com todas as normas contidas no edital.

Neste aspecto, *Salienta-se que o item 13.5.14 do edital estabelece:*

13.5.14. O não atendimento das exigências constantes deste item 13. Edital implicará na inabilitação do licitante.

Ainda, preconiza o art. 3º da Lei nº 8.666/93, em consonância com o preconizado no artigo 37 da Constituição Federal, dispõe:

“ART. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Ademais, o parágrafo único do artigo 4º desse diploma legal é categórico ao estabelecer que o procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública, enquanto o artigo 41 estatui que ***“a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada”.***

Sobre o tema, comenta o saudoso Hely Lopes Meireles, que :

“a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e , como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (art 41).

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. Se no decorrer da licitação a Administração verificar sua inviabilidade, deverá invalidá-la e reabri-la em novos moldes, mas enquanto vigente o edital ou convite, não poderá desviar-se de suas prescrições, quer quanto à tramitação, quer quanto ao julgamento” (Direito



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico acerca de Recurso Interposto no Pregão 17.2020.

Administrativo Brasileiro, 24ª edição, 1999, Malheiros Editores, pág 249).

Acerca do critério que deve ser adotado no julgamento das propostas, leciona o mestre:

“Julgamento objetivo: julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É o princípio de toda a licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a tentarem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts 44 e 45). “(Op. Cit. Pág. 249).

Quanto a alegação de que o documento faltante pode ser juntada posteriormente, tem-se que a mesma deve ser rechaçada uma vez que nos termos da legislação vigente e conforme item 25.4 do edital é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, nos termos seguintes:

“25.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública”.

Por sua vez, o item 13.5.13 estabelece:

“13.5.13: O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, fixando-lhes prazo para atendimento”.

Sendo assim, tem-se que tendo sido juntado todos os documentos exigidos, e existindo dúvidas acerca de tais documentos, tem-se a possibilidade de buscas de informações visando esclarecer eventuais dúvidas acerca do documento apresentado.

No entanto, não tendo sido apresentado documento que havia sido exigido no edital, não há possibilidade de inclusão posterior.



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico acerca de Recurso Interposto no Pregão 17.2020.

Diante do exposto, considerando que “a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha vinculada qualquer argumentação aventada pela recorrente que tente justificar a ausência do documento faltante bem como acrescentar documentos em momento posterior ao estabelecido deve ser rechaçada.

Não olvidemos que o edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI:

: “[...] estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento”.(GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Sendo assim, da análise do recurso em epigrafe denota-se que a empresa recorrente descumpru as regras do edital.

Assim, opino pelo improvimento do recurso.


III – Conclusão:

Desse modo, opino pelo improvimento total do recurso protocolado pela empresa COMERCIAL DEBÉCHE TEXTIL EIRELI, CNPJ 08.974.702/0001-88 no Pregão Eletrônico nº 17.2020.

Os presentes autos devem ser remetidos à autoridade superior, na figura do Sr. Prefeito Municipal, para seu efetivo julgamento, nos exatos termos do disposto no § 4º do art. 109 da Lei nº. 8.666/93.

É o parecer, Salvo melhor Juízo.

Dois Vizinhos, 23 de março de 2020.


Kelin Ghizzi– OAB/PR 41.860
ADVOGADA